

Greve por dignidade
nos salários e nas
condições de
trabalho e
atendimento

Jornal do SINSPREV

Ano 15 - Junho de 2005 - nº 220

SINDICATO DOS
TRABALHADORES EM SAÚDE E
PREVIDÊNCIA
NO ESTADO DE S. PAULO

FILIADO À FENASPS
E CNTSS/CUT

Assembléia Estadual confirma:

Greve por tempo indeterminado a partir de 2 de Junho

A Assembléia Estadual de 30 de maio aprovou por unanimidade o a proposta de greve aprovada na Plenária Nacional da Seguridade Social do dia 28 de maio. A decisão é resultado da falta de avanços nas negociações. O governo recebeu os representantes da categoria nos ministérios da Previdência, da Saúde e do Planejamento. Mas, não houve proposta concreta. A data máxima para o governo apresentar uma proposta digna era 27 de maio.

Mais decisões da Assembléia

- Os servidores da Saúde na Capital devem concentrar suas manifestações na 9 de Julho, durante a greve.
 - Servidores da Saúde no interior, devem integrar os Comandos Regionais de Greve e organizar atividades nas DIRs.
 - É importante realizar caravanas para Brasília com a participação de ativos e aposentados.
 - Moção à CUT solicitando apoio à greve e revogação do Decreto 1.480, de 1995, que ataca o direito de greve. Leia matéria na página 3.
- Veja nossas reivindicações na última página.
- Governo ressuscita decreto de FHC para tentar nos desmobilizar. Não vai conseguir. Veja na página 3
- Servidores recém-contratados: direito de greve garantido. Leia na página 2.



Pagamento do PCCS para a Saúde, só com muita luta. Todos à Greve!

Conquistamos o pagamento do PCCS para os servidores do INSS na greve de 2003. Foram pagas três parcelas de 11%. Até o final de 2005, o parcelamento será concluído.

Desde então, estamos negociando a extensão do PCCS também para a Saúde. O Ministério da Saúde se

comprometeu e não cumpriu o acordo de parcelamento. .

A verdade é que o PCCS só vai ser pago para os servidores da Saúde com muita luta e pressão. A Greve é o melhor momento para isso. Vamos construir uma greve forte na Saúde!

**Reuniões do Comando Estadual de Greve
Todas as terças-feiras, 16 horas, no Sindicato.
Os locais e regiões devem enviar representantes**

O que o governo gastou até agora, em 2005, não paga 1 dia de juros da dívida

De um total de mais R\$ 21 bilhões autorizados no Orçamento, apenas R\$ 271 milhões foram investidos até o último dia 20 de maio. Enquanto isso, R\$ 296 milhões são pagos diariamente de juros da dívida pública.

Nem precisou renovar o acordo com o FMI. O Fundo sabe que o governo está fazendo tudo que ele quer sem precisar mandar. A prova é a manutenção do pagamento dos juros das dívidas interna e externa a qualquer custo. É o chamado superávit primário, criado por FHC e mantido por Lula.

Os serviços públicos ficam piores a cada dia. As filas aumentam, não há material de trabalho, remédios. Os benefícios da previdência têm seu valor diminuídos. O governo diz que não tem dinheiro para reajustar nossos salários. Oferece um reajuste vergonhoso de 0,1%. Mas, dinheiro para os banqueiros, não falta.

Maringonia



- O Meirelles é um cara de muita sorte...
- Por que?
- Ué, vai sair uma CPI por conta de um desvio de R\$ 3 mil...e ninguém reclama do desvio de R\$ 9 bi que o aumento dos juros já provocou...

Auditoria do SUS em greve

O Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS) já está em greve.

Na Assembléia Estadual do dia 17 de maio, foi aprovado o convite aos companheiros que se juntem à nossa mobilização, participando de nossas reuniões de Comando e assembléias.

Governo quer que Perícia funcione na Greve. Não aceitamos

O INSS quer manter o funcionamento da Perícia Médica durante a greve. Diz que é serviço essencial. Mas, na Previdência, todos os serviços são essenciais.

O SINSPREV esteve em Audiência com o Superintendente do INSS e Gerentes no dia 31/05. Eles querem que a Perícia Médica continue atendendo durante a greve. O Instituto alega que se trata de serviço essencial.

Todos os serviços são essenciais

Nós, trabalhadores do INSS consideramos que todo o serviço prestado à população é essencial. Todo segurado que recorre ao INSS está em situação precária. Principalmente, quando necessita de benefícios. Todos merecem atendimento digno.

Na verdade, quem forçou a greve foi o governo, que não negocia nossas reivindicações e mantém uma rede de atendimento insuficiente para atender os direitos da população.

ente para atender os direitos da população.

Greve é uma imposição do governo

Não aceitamos ser responsabilizados pelo desrespeito com a população. É o governo que obriga a categoria a sair em greve para arrancar o reajuste a que tem direito.

Por isso é fundamental fortalecer a greve. Paralisar todas as atividades para forçar o governo a negociar o mais rápido possível.

O governo, como sempre, não está preocupado com a população. Se estivesse, já teria resolvido e negociado com os trabalhadores.

No Hospital Heliópolis, continuam os problemas com Diretor autoritário

O Diretor do Serviço de Análises Clínicas, Dr. Irikura continua adotando medidas autoritárias

Em maio de 2004, os servidores do Hospital Heliópolis denunciaram através do Jornal do SINSPREV os atos de abuso de poder e assédio moral praticadas pelo Diretor do Serviço de Análises Clínicas e Anatomia Patológica, Dr. Mitinoburo Irikura. Infelizmente, os problemas continuam.

Agora, mais especificamente, com Marilene Bonini, funcionária da enfermagem e conselheira do Sindicato. A servidora foi testemunha em processo de sindicância contra Irikura, acusado de perseguir um médico do Hospital. A

sindicância não resultou em nada mais concreto e, agora, Marilene é quem está sendo perseguida. A servidora está para se aposentar, mas foi colocada à disposição pelo Diretor.

O Sindicato já pediu afastamento de Irikura de seu cargo, através de seu Jurídico. Estamos aguardando a decisão da Justiça.

Enquanto isso, a Secretaria da Saúde, a Direção do Hospital e a 9 de Julho assistem a tudo, sem tomar providências. Inaceitável!

Mês de lutas: várias greves marcadas para junho

Além de nossa categoria, vários setores de trabalhadores estão mobilizados para junho. É o caso dos professores municipais e estaduais, trabalhadores da Sabesp e estado de greve nos metroviários.



Servidores estaduais da Saúde também preparam greve para junho

Nós, servidores do INSS e da Saúde Federal, começaremos nosso greve em 2 de junho. Mas há outros setores em luta. Os servidores estaduais da Saúde, por exemplo, realizaram sua Assembléia no dia 31. Decidiram realizar nova assembléia em 17 de junho. E podem entrar em greve ainda em junho.

Os professores estaduais também estão em campanha. A Apeesp também fará uma assembléia no dia 17 para tirar um indicativo de greve.

Metroviários e funcionários da Sabesp, estão em estado de greve. Mas os trabalhadores da Sabesp já têm data marcada: a partir do dia 1º de junho.

DIA 17, TEM ASSEMBLÉIA DE PROFESSORES E SERVIDORES ESTADUAIS DA SAÚDE

Servidores recém-contratados: direito de greve garantido

Em julho de 2003, FENASPS e o SINDISPREV/RS solicitaram um parecer jurídico sobre o direito de greve dos servidores públicos federais que encontram-se em estágio probatório. A consulta foi feita aos advogados Glênio Ohlweiler Ferreira e Daiane Conte.

Vejam o que o parecer diz:

"Tratando-se de direito fundamental do trabalhador, mesmo aqueles servidores ainda não estáveis, submetidos ao chamado "estágio probatório", têm direito de greve nos mesmos termos dos servidores estáveis. Não há como ser aplicada pena de demissão a tais servidores, uma vez que tal pena só pode ser imposta quando o servidor comete alguma das irregularidades estabelecidas no artigo 132 da Lei n.º

8.112/90, não constituindo, a participação em greve, uma delas. E nem poderia, uma vez que, como já se viu, tal manifestação está garantida pela Constituição Federal de 1988 tanto aos trabalhadores do setor privado quanto do setor público".

Portanto, não aceite pressão de chefias. O direito de greve está garantido.

Governo usa decreto de FHC para tentar nos desmobilizar

Em uma tentativa desesperada de nos desmobilizar, o ex-dirigente do DIEESE, Sérgio Mendonça, enviou mensagem ameaçando descontar os dias parados. Alega que um decreto de 1995 autoriza esse tipo de medida. Esse decreto tem 10 anos e nunca conseguiu nos intimidar. Não vai ser agora que isso vai acontecer.

Como sempre, o governo tenta aterrorizar os servidores, que estão exercendo seu legítimo direito de greve.

A greve nem começou e uma mensagem assinada pelo Secretário de Recursos Humanos, Sergio Mendonça, está ameaçando descontar os dias parados. O documento é de 24 de maio e justifica o desconto dos dias com base no Nº 1.480, de 3 de maio de 1995. Um decreto feito há 10 anos, que nunca

conseguiu nos intimidar. Não vai ser agora que isso vai acontecer.

A FENASPS e a CNTSS, nossas entidades nacionais, já estão agindo. Exigimos respeito ao direito de greve.

NOSSA GREVE SERÁ VITORIOSA, APESAR DO TERRORISMO DO GOVERNO!

Aposentados e aposentada, entrem nessa luta!



Desde 2001, o governo discrimina os aposentados. Paga apenas metade da gratificação que é paga para servidores da ativa.

Em todas as lutas e greves exigimos tratamento igual para

ativos e aposentados. Nunca aceitamos divisões na categoria.

Nesta greve, não será diferente. Não aceitamos reajuste diferenciado entre aposentados e servidores da ativa!

Aposentado e Aposentada, participem das assembléias, manifestações e outras atividades do Sindicato. Você é muito importante para conquistarmos nossos direitos. Reuniões do Comando de Greve, todas as terças-feiras, 16 horas, no Sindicato.

Veja algumas de nossas principais reivindicações

Plano de Carreira com piso salarial de R\$ 1.500,00

Um verdadeiro Plano de Carreira precisa manter e ampliar nossas conquistas. Lutamos pela definição de uma tabela salarial que valorize o trabalho dos servidores. Que acabe com as distorções salariais e de função. Nossa proposta leva em consideração todos os níveis: Auxiliar, Intermediário e Superior.

Veja abaixo os principais pontos de nossa proposta:

- Tabela salarial construída a partir da incorporação de:
 - a) PCCS integral
 - b) Todas as gratificações
 - c) Fim da complementação do Salário Mínimo
 - d) Piso salarial de R\$1.500,00, conforme Dieese
- Regulamentação das 30 semanais.
- Igualdade de direitos para ativos e aposentados.
- Condições dignas de trabalho.

Salários dignos e melhores condições de trabalho

1. **Recomposição geral de todas as perdas salariais, de 1995 a 2004. Nossas perdas salariais desde 1995 estão em mais de 60%. Só no governo Lula, são 18%.**
2. **Incorporação de todas as gratificações como processo de valorização do salário-base, da construção das carreiras e superação das distorções entre categorias.**
3. **Igualdade de direitos entre ativos, aposentados e pensionistas. Não abrimos mão de que isso seja uma garantia em todas as negociações salariais.**
4. **Implantação das Diretrizes de Planos de Carreira. A estruturação das carreiras e planos de cargos precisa manter e ampliar conquistas. Assegurar carreiras com funções bem definidas e com o estabelecimento de um piso salarial para todo o serviço público.**
5. **Contratação de servidores por concurso público. Modernização dos equipamentos e locais de trabalho. Abertura de novos postos de atendimento.**

Fundo de Greve: Proposta de aumentar em 1% o valor da mensalidade durante a greve será votada na próxima Assembléia

As despesas de uma greve ultrapassam em muito a capacidade financeira do Sindicato. As negociações são feitas em Brasília. São necessárias caravanas para pressionar o governo. É preciso manter o Comando Nacional de Greve, imprimir jornais, panfletos, cartas para a população, viabilizar a vinda de caravanas do interior para as atividades na capital, entre outras ações.

Por isso, a Assembléia Estadual do dia 30 de maio aprovou um indicativo para ser discutido nos locais de trabalho e regiões. A proposta é aumentar o valor da mensalidade em 1% durante o período de greve. A proposta deve ser discutida amplamente para que a próxima Assembléia Estadual possa decidir sobre a questão. Trata-se de uma questão importante. Esse Fundo é para manter as despesas com a greve.

O Sindicato mandou imprimir dezenas de milhares de cartas de esclarecimento para a população. Se seu local ou região ainda não recebeu, entre em contato: 11-3207-9344

No interior, entre em contato com as Delegacias Regionais do SINSPREV:

Baixada Santista: 13-3561-5425.
Piracicaba: 19-3434-3309
Presidente Prudente: 18-223-1800
Ribeirão Preto: 16-635-0790
São José do Rio Preto: 17-3215-2700
Vale do Paraíba: 12-3923-9037

A página do SINSPREV na internet também tem material.
Acesse: www.sinsprev.org.br